

O PAPEL DAS ESCOLAS DE GOVERNO NO ENSINO DA SUSTENTABILIDADE – a atuação da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo

MARIANA MOUTINHO MONTEIRO DE MESSAS
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO UNINOVE

DIEGO DE MELO CONTI
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO UNINOVE

HUMBERTO DANTAS DE MIZUCA

O PAPEL DAS ESCOLAS DE GOVERNO NO ENSINO DA SUSTENTABILIDADE – a atuação da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo

Palavras chave: capacitação; EMASP; agente público

1 Introdução

As escolas de governo são instituições vinculadas à administração pública, tanto nas esferas nacional, estadual ou municipal, quanto nos três poderes: executivo, legislativo ou judiciário. Têm como exemplos alguns modelos internacionais, principalmente o francês e alemão, e em geral possuem o objetivo de capacitar continuamente seu quadro interno de funcionários e alinhar a aplicação das políticas públicas e diretrizes do governo (PACHECO, 2002).

Das temáticas de capacitação oferecidas, queremos destacar as que focam no ensino da sustentabilidade, especialmente após o lançamento da Agenda 2030, contendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas em 2015. Nessa agenda de caráter global, cada parte interessada seja ela governo, sociedade civil ou setor privado, tem um papel a executar (ONU Brasil, 2015). Desse modo, a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, faz referência a esses objetivos por intermédio do seu Plano de Metas 2017-2020. Esse documento, conforme dispõe o art.69-A da Lei Orgânica do Município, deve ser elaborado pelo(a) Prefeito(a) eleito(a) no prazo máximo de três meses de sua posse e ser apresentado à Câmara Municipal para sua aprovação, contendo as ações prioritárias e estratégicas do governo, além de indicadores e metas para cada um dos setores da administração pública (SÃO PAULO (SP), 1990). Portanto, é de extrema relevância a abordagem dessa temática pela administração pública, devendo seu corpo funcional ser sensibilizado quanto ao teor dessa Agenda Internacional, bem como, de que forma seu conteúdo se relaciona com as metas do governo e como será a atuação do servidor para alcançá-las de forma sinérgica. Essas referências aos ODS foram mantidas na Revisão Programática do Plano de Metas para o biênio 2019-2020 (PLANEJA SAMPA, 2019).

A terminologia “escola de governo” foi consagrada pela Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº19 de 1998, art. 39 § 2º. A Carta incluiu em seu texto que o Governo Federal, os estados e o Distrito Federal deveriam prover e manter escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento de servidores públicos, vinculando inclusive a participação nos cursos como meio de promoção na carreira (BRASIL, 1998). E, a partir da expansão e criação de diferentes escolas de governo, aqui entendidas como aquelas inseridas dentro da estrutura estatal e com foco no atendimento ao servidor, notou-se que não só o funcionalismo do poder executivo federal necessitava de profissionalização, mas também os demais poderes, tanto em nível estadual quanto municipal (PACHECO, 2000).

Os principais exemplos de escolas de governo que temos no Brasil, vieram através de uma empreitada do então embaixador Sérgio Paulo Rouanet, que viajou para a Europa em 1982 e desenvolveu um documento, que ficou conhecido como “Relatório Rouanet”. Seu conteúdo apresenta uma análise comparativa entre os modelos de formação de administradores públicos da École Nationale d'administration (Escola Nacional de Administração - ENA) – francesa, da Deutschen Universität für Verwaltungswissenschaften Speyer (Universidade de Ciências da Administração de Speyer) e da Bundesakademie für öffentliche Verwaltung – BaköV (Academia Federal de Administração Pública) - alemãs (ROUANET, 2005).

Segundo Pacheco (2002), os modelos francês e alemão, são as primeiras referências que se tem de escolas de governo no mundo e que serviram de base para formar a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Zouain (2003), descreve que todas essas instituições possuem uma gama de cursos técnicos, multidisciplinares, em diversos formatos, para diversos níveis, focados principalmente na gestão pública, cuja maior finalidade é a capacitação dos servidores.

No Estado de São Paulo, a Escola de Governo e Administração Pública do Estado de São Paulo – EGAP surge em 1991, por considerar que “que a qualificação permanente do servidor público é de fundamental importância para o bom desenvolvimento das atividades administrativas e da política governamental” (SÃO PAULO, 1991 - ementa).

Dada a relevância da capacitação, a pauta também aparece no Capítulo II da Lei Orgânica do Município de São Paulo, parte que trata especificamente dos servidores municipais, especialmente em seu art. 90, onde dispõe que os mesmos devem ser valorizados sob o investimento na sua capacitação, atualização e aprimoramento profissional (SÃO PAULO (SP), 1990).

Surge então em 2006 a Escola de Formação do Servidor Público Municipal - EFSPM/SP, cujo nome foi alterado em 2014 para Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo - Álvaro Liberato Alonso Guerra – EMASP, ao qual permanece até o momento. Desde sua fundação, a instituição visa oferecer cursos multidisciplinares, proporcionando capacitação aos agentes públicos de todos os níveis (básico, médio e superior) e todas as carreiras (EMASP, 2019a), bem como de agentes públicos de outras esferas de governo e também da sociedade civil.

2 Problema de Pesquisa e Objetivo

A questão de pesquisa consiste em entender como uma escola de governo do poder executivo municipal atua em relação ao ensino da sustentabilidade, tomando como exemplo a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo - EMASP? Ainda de amplo entendimento, “escolas de governo”, podem ser definidas segundo Ranzini e Bryan (2017, v.2, p.420), como sendo “organizações vinculadas direta ou indiretamente ao aparato estatal, financiadas e/ou mantidas por recursos públicos”. Essa pesquisa tem como objetivo apresentar a origem das escolas de governo no Brasil, verificar sua previsibilidade legal e buscar os exemplos do governo federal, do estado e da cidade de São Paulo. Nessa última, entender como a EMASP se estrutura administrativamente, apresentando suas principais funções. Tendo como foco o ensino da sustentabilidade, esse estudo se aprofunda na investigação dos três cursos oferecidos por essa instituição, com relação à temática, sendo eles: (a) Programa Gestão de Equipes – Módulo 6: Sustentabilidade, cujo público alvo são os gestores públicos; o Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global – (b) Módulo 1: A Esfera Internacional e (c) Módulo 2: A Esfera local, com público alvo mais abrangente inclusive com abertura de participação da sociedade civil (EMASP, 2019a). Como metodologia, esse artigo apresentará uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Para fins de análise, serão utilizados dados dos últimos 12 meses, fornecidos por essa instituição referentes à turmas executadas e quantidade de capacitações, além das informações referentes a cada curso.

3 Fundamentação Teórica: As Escolas de Governo no Brasil e No Mundo

3.1 Os Exemplos Internacionais

No mundo existe uma série de exemplos internacionais atuais de escolas de governo como por exemplo o Canadian Centre for Management Development (CCMD) no Canadá e o Centre for Management and Policy Studies (CMPS) no Reino Unido, porém iremos nos aprofundar nos modelos francês e alemão, mais antigos e tradicionais, que vieram a ser a base de praticamente todos os modelos de escola de governo em algum momento. Entender esses exemplos, dentre outros, auxiliou e motivou o Brasil a construir seu próprio modelo de escola de governo. Nesse contexto, em seu relatório Rouanet levantou que:

“a Escola Nacional de Administração (ENA) foi criada em [9 de outubro de]1945 por iniciativa do governo provisório presidido pelo general de Gaulle com o objetivo de formar os quadros superiores da administração, com exceção dos corpos de

engenheiros e dos corpos técnicos. A intenção era preparar para o Estado uma elite dirigente com formação mais sólida”. (ROUANET, 2005 – p. 37, 38)

A ordem executiva tinha como intenção a completa reformulação da máquina administrativa francesa à época, com a entrada de novos servidores através de um exame único e de base comum. Essas iniciativas permitiram a democratização do acesso ao serviço público e a profissionalização do treinamento do alto escalão dos funcionários. Hoje, a ENA tem como missões a continuação do treinamento inicial dos altos funcionários, sejam eles franceses ou estrangeiros, manter a educação continuada de curto ou longo prazo, promover parcerias com entidades europeias e internacionais em governança pública e administração; e formar e preparar os profissionais para exames de admissão nas instituições europeias, com foco nas questões locais (ENA, 2019).

Durante a ocupação francesa na Alemanha do pós-guerra, foi criada em 1947 a Universidade de Speyer, cuja intenção era estabelecer no país “uma instituição semelhante à ENA, com um nível de competência comparável com o da antiga burocracia do Reich, mas com uma visão do mundo mais diversificada e mais aberta” (ROUANET, 2005 – p. 65). Essa academia estatal de ciências administrativas, que atua sob o nome de Universidade de Ciências e Administração Speyer desde 1997, se dedica à formação em pós-graduação, aperfeiçoamento e pesquisa de altos servidores (UNISPEYER, 2019).

Em 1969, surge a Bundesakademie für Öffentliche Verwaltung - BaköV, ou Academia de Bonn. Subordinada ao Ministério do Interior, Construção e Comunidade da República Federativa da Alemanha, a Academia Federal de Administração Pública é uma instituição central e interministerial independente, que tem por finalidade fornecer treinamentos avançados e práticos aos servidores federais alemães, atuando próximo aos setores público, privado e academia. A maior parte dos treinamentos ocorre presencialmente em uma das três sedes principais da instituição e outros eventos também acontecem nas sedes descentralizadas (BAKÖV, 2019).

Apresentados os exemplos internacionais, cabe olhar para o que já estava acontecendo no Brasil àquela época, para então definir qual modelo se adaptaria melhor ao que se estava buscando criar, no momento em que o país passava por uma reestruturação administrativa e pelo processo de redemocratização. Rouanet concluiu em seu relatório que “depois de pesar os méritos dos dois sistemas, (...) o modelo francês, articulando ensino e acesso, está mais próximo do sistema que desejaríamos implantar no Brasil” (ROUANET, 2005 – p.70).

A lei que fundamentava a existência de uma escola de governo do poder executivo no Brasil já existia em 1980. A Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi a antecessora da atual Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, instituída em 1986, após a pesquisa realizada por Rouanet. Hoje a ENAP está vinculada à Secretaria de Administração Federal da Presidência da República (SAF/PR) e tem como premissa:

“Promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, visando ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos (...)” (BRASIL, 2017 – p.108).

Passamos agora a analisar o que define uma escola de governo e como ela se estrutura administrativa e politicamente. A diversidade de instituições abraçadas por essa expressão, exige que se observe o modelo de atuação de cada uma para entender qual o conceito se relaciona de forma mais adequada, que por falta de uma definição clara, ainda que apareça no texto constitucional, permite a proliferação de termos como: “Escola de Gestão Pública, Escola de Administração Pública, Escola do Serviço Público, Escola de Formação e Desenvolvimento de Servidores, Universidade Corporativa do Setor Público, etc.”, como citam Ranzini e Bryan (2017 – p.419, 420).

O colegiado da ENAP, segundo Pacheco (2002, p.75 e 79) pontua que escolas de governo são “centros de excelência em gestão pública”, atuando como “a escola corporativa de gestão do governo”.

De acordo com o Decreto n. 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 através do seu artigo 4º (BRASIL, 2006) e também o Decreto n. 57.775 de 6 de julho de 2017, através do artigo 68, parágrafo único (SÃO PAULO (SP), 2017) trazem o entendimento quanto às escolas de governo como: “(...) as instituições do poder público municipal destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de agentes públicos”. O primeiro, trata da Política para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e traz conceitos importantes que permeiam as escolas de governo, como capacitação, gestão do conhecimento e eventos de capacitação, como descreve o Art. 2º, onde os termos são entendidos como:

“I - Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

II - Gestão por competência: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e

III - eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2006).

Carvalho (2005) aponta que a capacitação dos servidores públicos ocorre nas cinco regiões do Brasil, por instituições que tanto se enquadram como escolas de governo e até por unidades de recursos humanos em várias esferas de governo, inclusive municipais. O foco na aprendizagem vai depender da abordagem e público alvo de cada escola, podendo ser desde um público mais amplo à capacitação específica de guarda civis, por exemplo.

Nesse interim, surge na Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP a Escola de Formação do Servidor Público Municipal – EFSPM, em 2006. A atual Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo - EMASP é uma das escolas de governo pertencentes à administração direta da Prefeitura, que conta também com outras escolas de governo e centros de formação como a Academia de Formação em Segurança Urbana - AFSU, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU; o Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, da Secretaria Municipal de Justiça – SJ; a Escola Municipal de Saúde - EMS, da Secretaria Municipal de Saúde – SMS; o Espaço Público do Aprender Social - ESPASO, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMADS; a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UmaPAZ, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA e ainda as escolas da administração indireta como a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales - EC, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM e a Escola do Parlamento – EP, da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP (SG, 2019). Todas essas instituições da administração direta, compõe o Conselho das Escolas de Governo do Município de São Paulo - CONSEGOV, bem como as organizações da administração indireta e outros órgãos de capacitação, podem participar do Conselho como membros observadores (EMASP, 2019b).

3.2 ENAP

A história da escola de governo nacional, a ENAP, pode ser contada através do histórico do desenvolvimento de sua legislação (ENAP, 2019). Primeiramente em 1980, é instituída a Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP, cuja finalidade, entre outras,

era “realizar atividades que visem à capacitação e à formação de técnicos aptos a garantir a qualidade, a produtividade e a continuidade da ação governamental” (BRASIL, 1980). Seis anos após, através do Decreto nº 93.277, institui-se a ENAP - Escola Nacional de Administração Pública (BRASIL, 1986). Acontece então em 1988, a promulgação da nova Constituição Federal brasileira, cuja Sessão II sobre os Servidores Públicos, no seu Art. 39 § 2º, adicionado pela Emenda Constitucional 19, de 1998, dispõe que:

“A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira (...)” (BRASIL, 1998).

A escola possui foco na formação e qualificação de agentes públicos preferencialmente federais. Seus cursos são de curta, média e longa duração, nas modalidades presenciais, semipresenciais e a distância (ENAP, 2019).

3.3 EGAP

A Escola de Governo e Administração Pública do Estado de São Paulo – EGAP teve sua criação em 28 de outubro de 1991, através do Decreto n. 34.070, por considerar que “que a qualificação permanente do servidor público é de fundamental importância para o bom desenvolvimento das atividades administrativas e da política governamental” (SÃO PAULO, 1991). Em seu início, a EGAP esteve vinculada à Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, que atuou de 1974 a 2015, ano do encerramento de suas atividades. Segundo o Instituto Polis (2015), a fundação ofereceu de 2005 até o momento de seu fechamento mais de 300 mil capacitações no estado de São Paulo e desde 2009 auxiliou na seleção e inserção de mais de 100 mil estagiários para os órgãos públicos relacionados à administração estadual. Toda parte gerencial que pertencia à FUNDAP passou a ser responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, que após o Decreto n. 64.059 de 01 de janeiro de 2019, foi renomeada para Secretaria da Fazenda e Planejamento. Com essa reestruturação, tanto a Escola Fazendária de São Paulo – FAZESP, quanto a EGAP se fundem em uma única instituição, criando assim a Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP, com as funções tanto de continuar promovendo capacitações na área fazendária, quando multidisciplinares (SÃO PAULO, 2019).

3.4 EMASP

A Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, começa sua história em 2006, ainda como Escola de Formação do Servidor Público Municipal e suas atribuições vão evoluindo e se moldando conforme as reestruturações da Secretaria de Gestão, órgão ao qual sempre esteve vinculada.

Antes de tecer a cronologia de capacitação no município, cabe ressaltar que o que dispõe a Lei Orgânica do Município de São Paulo, em seu Capítulo II, art. 90:

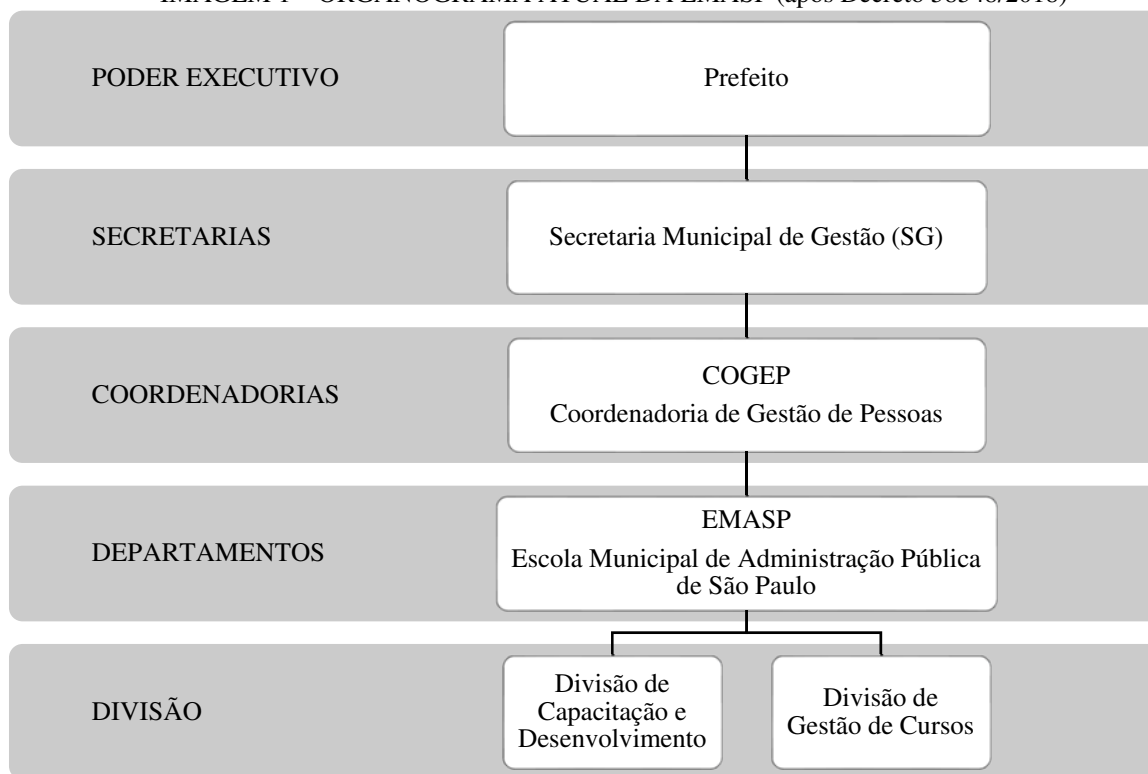
“A administração pública municipal, na elaboração de sua política de recursos humanos, atenderá ao princípio da valorização do servidor público, **investindo na sua capacitação**, no seu aprimoramento e atualização profissional, preparando-o para seu melhor desempenho e sua evolução funcional.” (SÃO PAULO (SP), 1990 – grifo nosso).

Corroborando com o exposto e com base no Art. 39 da Constituição Federal de 1988, a Prefeitura de São Paulo resolve então, organizar a Escola de Formação do Servidor Público Municipal - EFSPM/SP, através do Decreto 46.912 de 16 de janeiro de 2006, subordinando essa entidade à então Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP da Secretaria Municipal de Gestão – SMG, à época (SÃO PAULO (SP), 2006). A partir de 2009, a escola passa a ficar subordinada à Coordenadoria de Gestão do Conhecimento e Capacitação, da Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização (SÃO PAULO (SP), 2009). Em

outubro de 2012, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas é reorganizada novamente, passando a adotar a sigla COGEP.

É importante entender as reorganizações de Secretarias e Coordenadorias que acontecem, via de regra, a cada alteração de cargo na alta administração, pois, com elas surgem novas diretrizes, possibilitando a cada alteração a mudança física de local (que ocorreu apenas uma vez até o presente momento), alteração do quadro funcional para mais ou menos funcionários dependendo das novas demandas, criação de Departamentos, Divisões e os cargos à eles vinculados e por fim, podendo mudar toda uma configuração de trabalho pré-estabelecida ou consolidada. Em agosto de 2014, a agora Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão é novamente reorganizada através do Decreto n. 55.410 que também renomeia a EFSM/SP para Escola Municipal de Administração de São Paulo - Álvaro Liberato Alonso Guerra – EMASP e também cria o Conselho das Escolas de Governo – CONSEGOV (SÃO PAULO (SP), 2014), a fim de refletir um projeto político-pedagógico de maior envergadura e abrangência (EMASP, 2019a). Importante ressaltar que após a alteração de nome dada por esse Decreto, a escola ficou vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Gestão (SG), dando a ela um caráter de coordenadoria, mais autônoma, independente e possibilitando pela primeira vez a participação da sociedade civil e não apenas os servidores, nas capacitações oferecidas.

IMAGEM 1 – ORGANOGRAMA ATUAL DA EMASP (após Decreto 58548/2018)



Fonte: dados da pesquisa

Por fim, em 2017 a SG passa por uma nova reestruturação e tem sua denominação alterada pelo Decreto n. 57.775, que também vincula a EMASP à Coordenadoria de Estratégias de Gestão – COEGE, voltando ao status de departamento e instituiu as duas Divisões, até antes inexistentes: a Divisão de Capacitação e Desenvolvimento e a Divisão de Gestão de Cursos, que se mantiveram após uma segunda reorganização da Secretaria, proposta pelo Decreto municipal nº58548/2018, que retorna a escola à subordinação da COGEP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas, conforme Imagem 1.

Devido às características dessa coordenadoria e suas atribuições, a EMASP atua de forma transversal na PMSP, proporcionando capacitação aos agentes públicos de todos os níveis (básico, médio e superior) e todas as carreiras. Entende-se por agente público: “aquele que, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública” (BRASIL, 1992).

Os cursos oferecidos pela EMASP estão organizados em 4 eixos formativos: (1) “Gestão de Pessoas e Habilidades Interpessoais; (2) Planejamento, Gestão e Políticas Públicas; (3) Gestão de contratos, compras, licitações e parcerias; e (4) Gestão de Tecnologia, Informação e Comunicação” (EMASP, 2019a).

É dentro dos dois primeiros eixos que encontramos os cursos validados voltados para a temática de sustentabilidade, são eles: o Programa Gestão de Equipes Módulo 6: Sustentabilidade (eixo 1) e o Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global Módulo I: A Esfera Internacional e Módulo II: A Esfera Global (eixo 2). Os cursos que são validados pelo Departamento de Gestão de Carreiras - DPGC, da Coordenadoria de Gestão de Pessoas – COGEP servem para gerar a pontuação que o servidor efetivo necessita para promoção ou progressão na carreira, dentro das especificidades de cada uma delas.

O Programa Gestão de Equipes (eixo 1) tem como público alvo:

“Os agentes públicos da PMSP; lotados e em exercício junto aos órgãos da administração direta e/ou indireta; que ocupem formalmente cargos de chefia ou exerçam função gerencial informalmente frente a uma equipe de trabalho, ou que estejam sendo preparados para assumir gestão de equipe” (EMASP, 2019a).

Cabe ressaltar que o módulo que trata de Sustentabilidade, está contido em um programa com 10 módulos, da qual é obrigatório cursar os Módulos 1 e 2 - iniciais, para então ser candidato à seleção para o Módulo 6. O objetivo desse curso é “Sensibilizar e capacitar os participantes quanto à gestão de responsabilidade socioambiental no ambiente de trabalho” e tem como conteúdo base: “Conceito de sustentabilidade; Responsabilidade socioambiental; Marcos legais; A3P [Agenda Ambiental da Administração Pública]; Matriz de intervenção; Cálculo da pegada ecológica; Discussão dirigida: dinâmica “o boneco””. O curso tem duração de 8 horas e como mecanismos de avaliação utiliza o conceito “bom” em questionário de reação pós-curso e 100% de frequência. Aplica-se uma metodologia de ensino com base na “aplicação de atividades dinâmicas, debates, apresentação de filmes [e] análises de [estudos de] casos” (EMASP, 2019a). Vale observar que por estar inserido no Eixo de Gestão de Pessoas e Habilidades Interpessoais, esse curso mostra que a atenção quanto às questões de sustentabilidade deve partir dos gestores públicos, motivo pela qual se inseriu como módulo temático nesse Programa com mais de 100 horas de duração.

A outra frente se dá através do Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global (eixo 2), um curso com duração de 16 horas dividido em 2 Módulos de 8 horas de cada. O primeiro Módulo trata da “esfera internacional”, onde apresenta como conteúdo os conceitos de “Cidadania global, interdependência e empatia; ONU: Dos Objetivos do Milênio para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (ODS); Experiências Práticas Do ODS n.11 No Mundo; Governança e Participação Pública”. Possui, portanto, uma metodologia de ensino através de “exposição dialogada, estudos de caso, atividades dinâmicas e debate”. Por se tratar de um programa independente, tem como público alvo “agentes públicos e membros da sociedade civil que sejam partes envolvidas no desenvolvimento sustentável da cidade e/ou da sociedade, preferencialmente pessoas que tenham papéis de liderança em suas atividades”, possibilitando, portanto, não só a capacitação do corpo funcional do governo, independentemente de sua esfera de poder, mas também promover uma integração com a sociedade civil (EMASP, 2019a).

O módulo 2 tem como pré-requisito ser aluno concluinte do módulo 1, formando assim uma trilha de conhecimento. O conteúdo passa a abordar temas menos conceituais e generalistas e começa a alcançar o dia-a-dia de trabalho do agente público, tendo como conteúdo:

“Cidadania e percepção da realidade; Incorporação da Agenda 2030 no Brasil; Incorporação dos ODS na Agenda Municipal; ODS 11 e a nova Agenda Urbana”. Ambos os módulos têm como critérios de avaliação o conceito “bom” em questionário de reação pós-curso e frequência obrigatória de 100% para emissão de certificado. A justificativa para realização dos dois cursos é bem distinta, tomando por base principalmente os Eixos Formativos aos quais eles se inserem. O Programa Gestão de Equipes – Geq, é desenvolvido dentro da Secretaria de Gestão e visa atender uma demanda de capacitação gerencial mapeada junto às Secretarias e Subprefeituras. Por sua vez, o Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global foi proposto por um educador institucional do GEq – Módulo 6, com o objetivo de atingir os demais servidores que não necessariamente tenham passado pelo Programa ou ocupem formalmente cargos de chefia e sob a justificativa de divulgar a Agenda 2030 da ONU, que também estava sendo tratada no âmbito do Programa de Metas (2017-2020) do Município.

Em se tratando de educação para a Sustentabilidade, Jacobi, Tristão e Franco (2009) discutem que a sociedade da era pós-industrial vive um conflito de valores, e que com a degradação permanente do meio ambiente, abre uma oportunidade para a atuação educativa advinda de diversos atores.

Tais profissionais que não necessariamente professores formais, com técnicas de ensino multidisciplinares, trazem o ensino da sustentabilidade de forma a estimular a atuação das pessoas e a participação do cidadão, bem como sensibilizar as partes envolvidas quanto à responsabilização de suas ações. Trindade et. al, (2017) defendem que a Educação para Sustentabilidade é uma ferramenta importante para a promoção das transformações sociais. A temática é de tamanha relevância, que também pode ser encontrada em algumas das 169 metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como por exemplo no Objetivo 4 que trata de maneira geral de educação de qualidade, onde dispõe na sua meta 4.7 que:

“Até 2030, (...) todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (...), cidadania global e valorização da diversidade cultural (...) para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015).

Através da abordagem da educação não-formal, que “é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (GOHN, 2006), a EMASP oferece uma oportunidade de construção conjunta do conhecimento, principalmente em uma temática que está em constante atualização. Os agentes públicos da administração direta ou indireta, bem como agentes públicos de outras esferas de governo e membros da sociedade civil que forem selecionados, após processo seletivo, trocam experiências e pontos de vista sobre a temática do desenvolvimento sustentável com a coordenação de instrutores com experiência no assunto. Os cursos usam da andragogia como metodologia de ensino, como resumem Carvalho et. al. (2010), identificam que os adultos precisam “compreender a importância prática do assunto a ser estudado [e], preferem experimentar a sensação que cada conhecimento fará diferença em suas vidas (...)”.

4 Discussão

Os 3 cursos dos 2 Programas, ocorrem de forma presencial, na sede da EMASP no centro de São Paulo, SP. Com base nos Bancos de Dados de 2018 e 2019 da escola, foi criada uma tabela, no intuito de apresentar a quantidade de turmas oferecidas em cada curso nesse recorte de tempo, bem como quantas pessoas foram capacitadas em cada um dos cursos identificados na temática de sustentabilidade. A Tabela 1 portanto, mostra que nos últimos 12 meses, o Programa Gestão de Equipes – Geq Módulo 6: Sustentabilidade, ofereceu 3 turmas, com um total de 102 inscritos, 79 deferidos e 59 concluintes. Cada turma teve, portanto, uma média de

26,3 alunos, sendo 30 vagas a capacidade máxima por turma. Já o Programa Cidades Sustentáveis Módulo 1: A esfera internacional, ofereceu nos últimos 12 meses, 8 turmas, que foi procurado por 491 pessoas, ou seja, mais de 60 alunos por turma, para a oferta de 30 vagas, demonstrando que há interesse dos agentes públicos na temática. Foram deferidos 262 alunos, dos quais 190 concluíram o curso, com uma média de 23,75 alunos por turma. A quantidade de 30 vagas é estabelecida, levando em consideração a capacidade física da sala de aula, bem como a metodologia de ensino empregada, cuja base é a andragogia, através de problematização, dinâmicas de grupo, sensibilização, troca de experiências, além do conteúdo expositivo.

A divulgação dos cursos é feita através do e-mail corporativo da prefeitura para todos os servidores cadastrados, bem como através da página própria da EMASP no Portal da Prefeitura e em sua conta em rede-social (*facebook*). A pessoa interessada deve preencher um formulário de inscrição. Após, a equipe da EMASP realiza a seleção dos candidatos dentro de critérios pré-estabelecido no momento da validação, como público alvo, por exemplo; e leva em consideração a quantidade de vagas disponíveis junto com a análise das respostas preenchidas no formulário.

Os 3 cursos juntos somaram mais de trezentas capacitações na temática de sustentabilidade entre 2018 e 2019 na Prefeitura de São Paulo, sendo a maioria dos concluintes agentes públicos, seguidos por pessoas da sociedade civil. Á época, não havia uma identificação específica aos servidores de outras esferas de governo, podendo os mesmos estarem contabilizados com o grupo da sociedade civil. Conforme também demonstrou a Tabela 1, a procura pelos cursos ocorreu por mais de 700 pessoas, levando-se em consideração que a média de capacitação mensal está em 1000/mês, segundo dados de capacitação disponíveis no sítio eletrônico da escola.

Tabela 1: Dados dos cursos de sustentabilidade da EMASP, nos últimos 12 meses.

Curso	Turmas	Inscritos	Deferidos	Concluintes
PROGRAMA GESTÃO DE EQUIPES - GEQ – MÓDULO 6: SUSTENTABILIDADE	3	102	79	59
PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS E CIDADANIA GLOBAL - MÓDULO 1: A ESFERA INTERNACIONAL	8	491	262	190
PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS E CIDADANIA GLOBAL - MÓDULO 2: A ESFERA LOCAL	3	133	66	62
TOTAL	14	726	407	311

Fonte: Elaborado pelos autores (2019) - Bancos de dados de 2018 e 2019 da EMASP.

Como dito anteriormente, o Programa Gestão de Equipes possui pré-requisito de ter concluído minimamente os módulos 1 e 2, anteriores, portanto a procura não pode ser considerada baixa. Já o Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global recebeu uma alta procura pelo Módulo I, tendo em vista principalmente a “novidade dos ODS” na administração pública, tanto na sua incorporação no Programa de Metas (2017-2020), quanto no Currículo da Cidade do Ensino Fundamental, onde:

“o documento lançado [em 15/12/2017] vai além dos conteúdos de todas as disciplinas e áreas do saber e traça objetivos de aprendizagem específicos e claros, alinhados com as habilidades. Também são relacionados aos conteúdos, de forma inédita e pioneira, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco” (SME, 2017).

Perante a pesquisa, não foi identificado nenhum instrumento que meça a efetividade das capacitações, apenas são aplicados questionários de reação pós-curso, que podem ser objeto de análise em um estudo futuro. Corroborando com a meta 4c dos ODS, que prevê o aumento

do contingente de professores qualificados, principalmente nos países em desenvolvimento (ONU, 2015), os cursos de sustentabilidade oferecidos nos últimos 12 meses capacitaram quase 60 profissionais da Secretaria da Educação, entre professores de diversos níveis, diretores de escola, coordenadores pedagógicos e agentes de ensino.

A EMASP trabalha com um corpo de educadores institucionais voluntários, seja ele agente público ou ator da sociedade civil, portanto, isso deve ser levado em consideração ao analisar a quantidade de turmas ofertadas. Se os três cursos forem ministrados por um mesmo instrutor, por exemplo, ele terá dedicado 112 horas de sua rotina de trabalho, para transmissão do conhecimento, salientando ainda que o agente público depende da ciência e anuência de sua chefia imediata para liberação para exercer tal atividade. A atuação do educador institucional, também podendo ser chamado de instrutor ou facilitador, foi reconhecida através do Decreto nº 58.502 de 9 de novembro de 2018, produto elaborado em consenso pelas escolas-membro do CONSEGOV (SÃO PAULO (SP), 2018), não sendo configurado como desvio de função, desde que tenha suas determinações respeitadas.

Através o exposto pode-se perceber que para uma escola de governo do poder executivo municipal, a EMASP que tem como “clientes” prioritários os 122 mil agentes públicos da Prefeitura do Município de São Paulo, além dos demais agentes públicos de outras esferas de governo e atores da sociedade civil. Possui uma estrutura organizacional administrativa simples, com uma diretoria de departamento e duas divisões, totalizando 12 funcionários e 5 estagiários. Organiza seus eventos em maior parte presenciais, tanto durante o horário tido como comercial (das 09h às 18h) quanto explorando o período noturno através de palestras. Os cursos são oferecidos visando aproveitar a jornada de trabalho do servidor, acontecendo em múltiplos de 8 horas ou dividendos (4 horas – meio período; 2 horas – 1/4 da jornada do dia). A presença é aferida em todos os cursos e vale como horas trabalhadas.

Os diversos modelos de escolas de governo apresentados nessa pesquisa, tanto internacionais quanto nacionais possuem, de maneira geral, o foco no treinamento, capacitação, profissionalização dos servidores públicos das diversas esferas de governo, visando efetividade na realização dos seus serviços, satisfação do cidadão, melhoria contínua nos processos de trabalho e melhor preparo para assunção de posições e cargos de gerência e alto escalão governamental.

No que tange o ensino da sustentabilidade, os Programas seguem uma tendência de modelo que visa o aprendizado na prática, fazendo com que o aluno participe da aula e absorva o conteúdo na base da sensibilização e problematização, intercaladas com o conteúdo expositivo.

5 Conclusão

O objetivo principal da pesquisa era apresentar como uma escola de governo do poder executivo municipal se estrutura organizacionalmente, tomando por exemplo a EMASP – Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo; e como essa instituição atua frente ao ensino da sustentabilidade. Através da história de sua formação, passando por todos os seus decretos, pode-se demonstrar por meio do quadro, como se compõe a estrutura organizacional da escola, que resumidamente pertence à Secretaria de Gestão, estando subordinada à Coordenadoria de Gestão de Pessoas e se estruturando como um Departamento com duas Divisões. Com os dados fornecidos pela instituição, tomando por base os anos de 2018 e 2019, levantou-se os dados de capacitação dos cursos cujas temáticas estão relacionadas com a sustentabilidade, que são três: (a) o Programa Gestão de Equipes Módulo 6: Sustentabilidade, (b) o Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global – Módulo 1: A Esfera internacional e (c) Módulo 2: A Esfera Local. Com mais de 300 capacitações concluídas dentre mais de 700 inscrições, é notório que há interesse e procura na temática da sustentabilidade, salientando que a EMASP oferece os cursos e os servidores escolhem os que

mais lhe interessam, tendo em vista a relevância na aplicação em suas atividades de trabalho. A receptividade, bem como a efetividade das capacitações pode ser melhor explorada, ficando como possibilidade para um próximo estudo a análise dos questionários de reação pós-curso. Por intermédio do contexto histórico apresentado, pode-se perceber que embora não exista uma legislação específica que obrigue os municípios a possuírem escolas de governos, com base no relato de vários autores, como Pacheco, Zouain, Brian, Carvalho, entre outros, fica evidente a necessidade de capacitação à nível municipal, onde podemos ressaltar a figura da EMASP frente à Prefeitura do Município de São Paulo, uma vez que a Lei Orgânica do Município dispõe claramente sobre a capacitação dos servidores públicos. Na presente situação, a escola possui um Regimento Interno, que consolida suas regras de funcionamento, previstas em decreto. Fica nítida a complexidade do quadro funcional da esfera pública nos diferentes níveis esferas de governo no Brasil, assim como suas demandas por qualificação, possibilitando então, essa abertura para uma melhor efetividade da capacitação “na ponta”, ou seja, no agente público que atua no dia-a-dia em contato direto com o cidadão.

Curioso foi observar que esse modelo de ensino pautado na andragogia, transversal e multidisciplinar, é muito assertivo para prover a capacitação, atualização e atender à demanda dos agentes públicos, auxiliando também para sua promoção e progressão nas devidas carreiras. Uma outra sugestão seria realizar demais estudos sobre os cursos relativos ao ensino da sustentabilidade em outras escolas de governo do poder executivo, de preferência em nível municipal, para fins de comparação.

Por fim, pode-se dizer que a EMASP, direta ou indiretamente colabora com algumas metas da Agenda 2030, antes mesmo de elas estarem vinculadas ao Programa de Metas, principalmente proporcionando oportunidade de encontro entre os agentes públicos fomentando as parcerias multissetoriais, para que as pessoas compartilhem e multipliquem seu conhecimento na realização das suas atividades cotidianas a bem da municipalidade e visando o desenvolvimento sustentável.

6 Referências Bibliográficas

- BAKÖV - BUNDESAKADEMIE FÜR ÖFFENTLICHE VERWALTUNG. **Wir über uns.** [S. l.], [2019]. Disponível em: https://www.bakoev.bund.de/EN/00_home/homepage_node.html. Acesso em: 2 jul. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 85.524, de 16 de dezembro de 1980.** Aprova o Estatuto da Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP. Brasília, DF, 17 dez. 1980.
- BRASIL. **Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986.** Institui a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública - CEDAM, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 set. 1986.
- BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. BRASÍLIA, 2 jun. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.
- BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL nº 19, de 4 de junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 5 jun. 1998.
- BRASIL. **Decreto nº 5707, de 23 de fevereiro de 2006.** Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 24 fev. 2006.

PACHECO, Regina Silva. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP — Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 2002, ed. 53, n. 1, p. 75 - 88, Jan-Mar 2002.

BRASIL. Resolução nº 10, de 6 de março de 2017. Aprova o Regimento Interno e a Denominação dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.45, p. 108-110, 7 mar. 2017.

CARVALHO, Jair Antonio de; CARVALHO, Marlene Pedrote de; BARRETO, Maria Auxiliadora Motta; ALVES, Fábio Aguiar. ANDRAGOGIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A APRENDIZAGEM DO ADULTO. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 78-90, Abril 2010.

CARVALHO, Paulo Sergio de. Escolas de governo e cooperação. *In*: X CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2005, Panamá. **Escolas de governo e escolas de serviço público: limites e problemas. Estudo de caso da FESP/RJ e FUNDAP/SP [...]**. Santiago, Chile: [s. n.], 2005.

EMASP. **Escola Municipal de Administração Pública - EMASP**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/emasp/>. Acesso em: 2 jul. 2019a.

EMASP (CONSEGOV). **Conselho Municipal das Escolas de Governo**. [S. l.], 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/emasp/menu/index.php?p=209353>. Acesso em: 21 ago. 2019b.

ENA - L'ÉCOLE NATIONALE D'ADMINISTRATION. **Qui sommes-nous ?**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.ena.fr/eng/L-ENA-se-presente/Qui-sommes-nous/History>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Legislações**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/index.php/pt/a-enap/legislacao>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, Jan-Mar 2006.

INSTITUTO PÓLIS. **Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) publica carta sobre extinção de seu órgão**. [S. l.], 5 mar. 2015. Disponível em: <http://polis.org.br/noticias/fundacao-do-desenvolvimento-administrativo-fundap-publica-carta-sobre-extincao-de-seu-orgao/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. - A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS PRÁTICAS COLABORATIVAS: PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO. - Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 65, jan./abr. 2009

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo: tendências e desafios ENAP-Brasil em perspectiva comparada. *In*: V CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2000, Santo Domingo, Rep. Dominicana. **Escolas de governo: tendências e desafios ENAP-Brasil em perspectiva comparada**. Santo Domingo: Oct. 2000. Tema: Evaluacion comparada de los desafios, estrategias y perspectivas de desarrollo de los institutos nacionales de administración pública en Iberoamerica, p. 1-19.

PACHECO, Regina Silva. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP — Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 2002, ed. 53, n. 1, p. 75 - 88, Jan-Mar 2002.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PLANEJASAMPA). **Programa de Metas 2017-2020**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

RANZINI, Milena de Senne; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 2017, v. 2, ed. 68, p. 417-438, Abr-Jun 2017.

ROUANET, Sergio Paulo. Criação no Brasil de uma Escola Superior de Administração Pública/ Sergio Paulo Rouanet. – Brasília: ENAP, 2005. 96 p.

SÃO PAULO. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO nº 01, de 4 de abril de 1990**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 5 abr. 1990.

_____. **Decreto nº 46.912, de 16 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre a organização da Escola de Formação do Servidor Público Municipal - EFSPM/SP. São Paulo, 16 jan. 2006. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46912-de-16-de-janeiro-de-2006>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 50.813, de 25 de agosto de 2009**. Cria a Coordenadoria de Gestão do Conhecimento e Capacitação - CGC, na Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização - SMG; reorganiza a Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP, e altera a lotação e a denominação dos cargos de provimento em comissão que especifica. São Paulo, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-50813-de-25-de-agosto-de-2009>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 55.410, de 14 de agosto de 2014**. Modifica parcialmente a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como altera a lotação e a denominação dos cargos de provimento em comissão que especifica. São Paulo, 14 ago. 2014. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55410-de-14-de-agosto-de-2014>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 57775, de 6 de julho de 2017**. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Gestão, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, transfere cargos de provimento em comissão entre órgãos. São Paulo, 6 jul. 2017.

_____. **Decreto nº 58.502, de 9 de novembro de 2018**. Dispõe sobre a atividade de educação institucional no âmbito da Administração Pública Municipal. São Paulo, 9 nov. 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58502-de-9-de-novembro-de-2018>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 34.070, de 28 de outubro de 1991**. Dispõe sobre Escola de Governo e Administração Pública - EGAP, na estrutura da "Fundação do Desenvolvimento Administrativo" e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 28 out. 1991.

_____. **Decreto nº 64.152, de 22 de março de 2019**. Organiza a Secretaria da Fazenda e Planejamento e dá providências correlatas. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, v. 129, n. 56, p. 1, 23 mar. 2019.

SME - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Primeiro currículo da rede municipal de São Paulo terá aulas de programação**. São Paulo, 15 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Primeiro-curriculo-da-rede-municipal-de-Sao-Paulo-tera-aulas-de-programacao>. Acesso em: 21 ago. 2019.

TRINDADE, Nathália Rigui; MARQUES, Carolina Sampaio; PIVETA, Maíra Nunes; FAVARIN, Rodrigo Reis; TELOCKEN, Suelen Geíse; TREVISAN, Marcelo. **EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E TEORIAS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS**. *In*: 6º FÓRUM INTERNACIONAL ECOINNOVAR, 2017, Santa Maria/RS. **EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E TEORIAS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS** [...]. Santa Maria/RS: [s. n.], 2017.

UNISPEYER - DEUTSCHEN UNIVERSITÄT FÜR VERWALTUNGSWISSENSCHAFTEN SPEYER. **History, Organization and Activities of the German University of Administrative Sciences Speyer**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.uni-speyer.de/en/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ZOUAIN, Deborah Moraes. Escolas de governo e escolas de serviço público: limites e problemas. Estudo de caso da FESP/RJ e FUNDAP/SP. *In*: VIII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2003, Panamá. **Escolas de governo e escolas de serviço público: limites e problemas. Estudo de caso da FESP/RJ e FUNDAP/SP** [...]. Panamá: [s. n.], 2003.